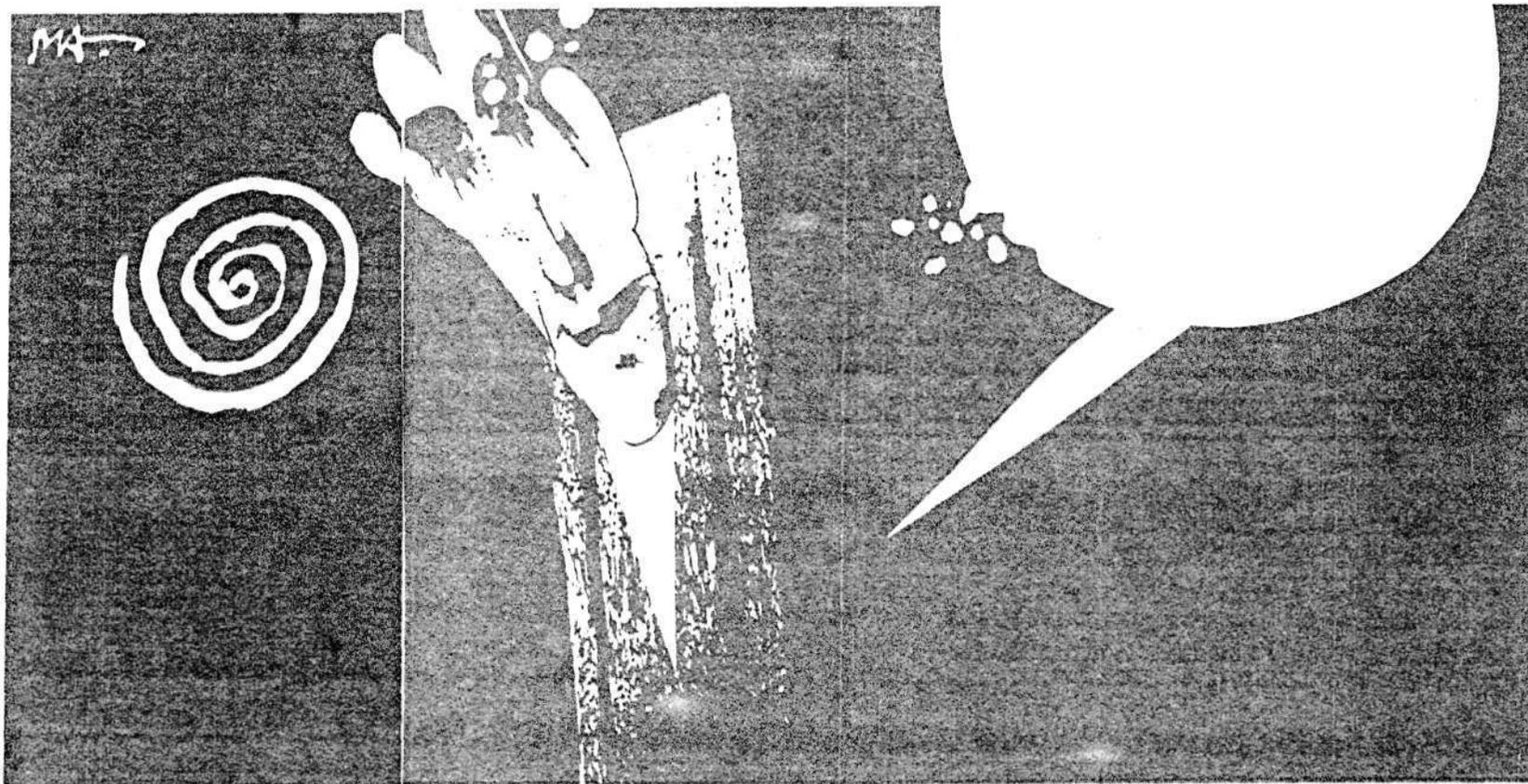


## Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.



### Quatro anos ou instabilidade

CÉSAR MAIA

As características do processo de democratização brasileiro, são inseparáveis das eleições presidenciais diretas, enquanto elemento básico de descontinuação.

As principais reflexões, formalizadas, acerca da transição, tanto o discurso "Travessia" de Ulysses Guimarães em setembro de 83, como o discurso de Tancredo Neves em abril de 84, deixavam claro, que nas condições e restrições que se enfrentava, só as eleições diretas para presidente permitiriam a um tempo, definir hegemonia política conjuntural e debater as grandes questões nacionais, elementos imprescindíveis para afirmar a democratização e reduzir os riscos de retrocesso.

O cronograma da transição, assim, começaria pelas eleições diretas, sendo seguido pelos eventos políticos constitutivos da democratização, a começar pelo afastamento do entulho autoritário e pela convocação de uma Assembleia Constituinte.

Se este cronograma não foi

feito, falava de um período máximo de quatro anos, embora pretendesse que três anos era um bom tamanho, tendo em vista os riscos.

Não foi preciso esperar mais que um mês do novo governo, para florarem as posições contrárias entre dele, assim como a indisciplina ministerial, aliás esperada.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento não se entendiam. O mesmo passava com os ministros da Indústria e Comércio e do Trabalho. E assim por diante. O controle administrativo a cada um se tornava mais nítido, o que genuamente era apresentado como democracia no interior do governo.

Em agosto de 85 surge a primeira mudança ministerial com o objetivo de imprimir "coerência" política econômica. Em fevereiro de 86 veio a reforma ministerial, aonde o presidente procurou tornar sua equipe mais homogênea. Enquanto isto, para não caracterizar compromissos, o presidente do PMDB viajava pelo

Até que veio o momento esperado dentro da lógica deste processo. Ressurgiu com toda a energia a tese de abertura, dominante no período Geisel. A transição não mais podia ser entendida como ruptura, mas apenas como um processo administrado, que teria a melhor e a mais rápida solução, quanto mais forte estivesse o governo responsável pela transição, e mais longe, qualquer alternativa que significasse negar o período autoritário.

Sendo assim, e dentro deste raciocínio, as eleições diretas deixavam de ser parte integrante da transição e passavam a ser vistas como um ponto a se chegar, guardadas as precauções que evitassem surpresas.

A partir destas reflexões nostálgicas do autoritarismo, o governo começa a agir. Como primeira palavra de ordem o próprio presidente define que seu mandato será de cinco anos, prazo em que imagina poder recompor a situação e encontrar uma alternativa de continuidade.

crise, ao contrário, a aprofunda na medida em que um governo fraco não tem como reação à suas decisões, ações convergentes, mas a incerteza, agravando-se a conjuntura. Por outro lado as preocupações acerca dos riscos com eventuais alternativas se ampliam.

A resultante de um quadro que tem como componentes a definição conservadora do governo, uma visão de abertura do tipo Geisel, e o agravamento das circunstâncias que o governo imagina poder contornar, é a instabilidade.

Na verdade ao se votar quatro ou cinco anos não se está votando apenas o período do mandato presidencial, mas o curso da própria transição democrática.

Quatro anos significam, ainda que de forma retardada, a possibilidade de fortalecer os princípios da democratização, reduzir os riscos de retrocesso e criar as condições políticas imediatas para que a crise seja enfrentada.

Cinco anos significam, a ampliação dos riscos de retrocesso,